



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Prefeitura Municipal de Cidreira*  
*Gabinete do Prefeito*

Ofício nº 101/2021

Cidreira, 25 de maio de 2021

**Senhor Presidente:**

Vimos pelo presente, nos termos do Artigo 64, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Cidreira, apresentar **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei que “*Institui diretrizes para o controle de abastecimento e uso de combustíveis e lubrificantes na frota de veículos de Cidreira e dá outras providências*”, pelas seguintes razões:

O Projeto de Lei proposto por essa Casa Legislativa está eivado de vício formal de constitucionalidade de acordo com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

### **1 - DA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DA NORMA**

O presente Projeto de Lei é vetado, pois a iniciativa para processo legislativo desta temática, compete ao prefeito Municipal, conforme os termos do art. 8º<sup>1</sup>, caput, art. 10<sup>2</sup> e art. 60, inciso II, alínea d<sup>3</sup>, da Constituição Estadual, além do art. 82, incisos III e VII<sup>4</sup> também da Constituição Estadual, todos utilizados em simetria.

A matéria em questão é de competência do Poder Executivo, entretanto, teve origem nesta Câmara Legislativa, sendo, portanto, formalmente

<sup>1</sup> Art. 8.º O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.[...].

<sup>2</sup> Art. 10. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

<sup>3</sup> Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que: [...]

II - disponham sobre: [...]

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

<sup>4</sup> Art. 82. Compete ao Governador, privativamente: [...]

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar projetos de lei aprovados pela Assembléia Legislativa, promulgar e fazer publicar as leis; [...].



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Prefeitura Municipal de Cidreira*  
*Gabinete do Prefeito*

inconstitucional por vício de iniciativa e por ferir ao princípio da separação dos poderes esculpido no art. 10 da Constituição Estadual.

A imposição por parte desta Casa legislativa de procedimentos que devem ser adotados pelo próprio executivo, está eivada de vício, sendo que compete a estes fiscalizar o executivo e não estabelecer procedimentos internos.

Ademais, ao intervir na forma de trabalho do posto de abastecimento, está intervindo na atividade econômica de particular.

Esse mesmo entendimento é adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme se demonstra através das jurisprudências abaixo colacionadas:

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. E INCONSTITUCIONAL A LEI DE INICIATIVA DA CAMARA DE VEREADORES QUE "REGULAMENTA O CONTROLE DE COMBUSTIVEIS, REPOSICAO DE PECAS, PNEUS E PRESTACAO DE SERVICOS NOS PROPRIOS DO PARQUE RODOVIARIO MUNICIPAL". TRATA-SE DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL, POIS O LEGISLATIVO MUNICIPAL IGNOROU REGRAS DA CONSTITUICAO ESTADUAL ATRIBUTIVAS DE COMPETENCIA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO PARA DISPOR SOBRE A ORGANIZACAO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL. Acao JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 594008682, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cacildo de Andrade Xavier, Julgado em: 15-08-1994). Assunto: 1. LEI MUNICIPAL. - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. QUANDO OCORRE. - ORGANIZACAO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL. - INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. FALTA DE INICIATIVA DO PREFEITO. - EFEITOS. - MATERIA ADMINISTRATIVA. 2. LEI. INCONSTITUCIONALIDADE. - Acao DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. - LM-4057 DE 1993 (LAGOA VERMELHA). DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO MUNICIPAL. Referência legislativa: REP 589046697 (RJTJRS, V-145/150)



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Prefeitura Municipal de Cidreira*  
*Gabinete do Prefeito*

Referência Legislativa: REP 589046697 (RJTJRS, V-145/150)

Ainda, nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE IJUÍ. LEI DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PODER LEGISLATIVO QUE INSTITUI OBRIGATORIEDADE DE TRANSMISSÃO AO VIVO E POR INTERNET DAS LICITAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO. VÍCIO DE INICIATIVA CARACTERIZADO. VIOLAÇÃO AO REGIME DE SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NO TOCANTE À INSERÇÃO DO "PODER EXECUTIVO" NO DIPLOMA LEGAL. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. UNÂNIME. (Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70084147305, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Julgado em: 08-09-2020)

Assim, na linha adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado nas decisões acima referidas e sustentada nas razões de veto encaminhadas ao Legislativo, impor ao Executivo que adote procedimento e siga parâmetros para uso de combustíveis e lubrificantes, interfere na organização dos serviços administrativos deste Poder, o que fere o princípio da razoabilidade, previsto no art. 19 da Carta Estadual, e configura, também por esse aspecto, a agressão ao princípio da independência entre os Poderes e, conseqüentemente, a inconstitucionalidade da norma.

## 2 – CONCLUSÃO

O presente projeto de lei não observou a iniciativa do poder legislativo, estabelecendo procedimentos e parâmetros ao Executivo. A presente lei de iniciativa Legislativa trata sobre a geração de atribuições no que se refere à estrutura administrativa do Executivo e também ao posto de abastecimento, de iniciativa privada.





*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Prefeitura Municipal de Cidreira*  
*Gabinete do Prefeito*

Por todo o exposto, o presente Projeto de Lei **viola os seguintes dispositivos legais e constitucionais: art. 8º, caput, art. 10, art. 60, inciso II, alínea d, art. 82, incisos III e VII e art. 163, §4º todos da Constituição Estadual**, tornando o referido Projeto eivado de ilegalidade e inconstitucionalidade, ausente, por consequência, o interesse público e sem qualquer excepcionalidade que o justifique.

**3 - ACOLHIMENTO DO VETO**

Por todo o exposto, solicito aos nobres Edis o acatamento do veto ao Projeto de Lei que — *“Institui diretrizes para o controle de abastecimento e uso de combustíveis e lubrificantes na frota de veículos de Cidreira e dá outras providências”* — por toda a fundamentação aqui exposta, havendo **absoluta ilegalidade e inconstitucionalidade** de seu conteúdo.

Atenciosamente,

**ALEXSANDRO CONTINI DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**

Ao Senhor,  
Ver. Carlos Amarante Montana Bueno  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Cidreira - RS